

Projeto: Língua, gramática, variação linguística e ensino

Coordenadora: Profa. Dra. Ediane Pena Ferreira

Início: 2017

Descrição: Trata-se de projeto de caráter temático que reúne pesquisas de professores, orientandos de graduação e pós-graduação e egressos do Ufopa, em torno da questão do ensino escolar de Língua Portuguesa. Tendo como articuladores três professores doutores com inserção na graduação e pós-graduação, o projeto tem como finalidade desenvolver trabalhos de levantamento de bibliografia, mapeamento do que se tem discutido sobre gramática e variação na perspectiva da educação linguística e ações de observação e intervenção na prática escolar. Neste projeto, tomamos três termos-chave – língua, variação e gramática. A língua é percebida como fenômeno social, dinâmica, variável, sujeita a pressões de uso. Toda língua é constituída por uma gramática, que a organiza. Gramática, portanto, não está relacionada à prescrição de usos da língua, ao “bom” falar e o “bom” escrever, embora seja essa concepção de gramática socialmente mais bem estabelecida. Gramática pode ser entendida como o conjunto e natureza dos elementos que compõem uma língua e as restrições que comandam sua união para formar unidades maiores nos contextos reais de uso (MARTELOTTA et al., 2008). Gramática é, então, a regularidade que estrutura o funcionamento da língua e ensinar gramática implica fazer com que o aluno reflita sobre esse funcionamento e compreenda a língua que tem. Mais que ensinar metalinguagem, ensinar gramática é desenvolver a percepção da língua, de como construímos textos da forma a interagir com o outro e dizer (pensar e representar) o mundo e as coisas. Infelizmente, não é essa a concepção de gramática que usualmente se tem na escola. “na verdade, o que aí vemos é, aberradamente, uma “criatura” (a gramática disciplina) ficar distorcidamente maior do que seu “criador” (a gramática organização), e a metalinguagem pôr-se a engolir a linguagem que lhe deu nascimento e estatuto” (NEVES, 2006, p.85). Tal prática é alvo de crítica já há pelo menos 50 anos. E isso repercutiu na ação intelectual e pedagógica dos linguistas, que desenvolveram concepções e propostas de ensino de língua em que o eixo de aprendizagem deslocou-se da apropriação de regras fixas para a compreensão da língua em funcionamento, tendo o texto como elemento articulador e das práticas de produção de textos (análise linguística). Um desafio deste projeto é verificar como tais concepções têm se realizado na prática escolar e se incorporado na formação do professor (Licenciatura em Letras). O amadurecimento das críticas levou à elaboração de propostas de gramáticas que se

querem consistentes e coerentes (PERINI, 1985 e 2010; NEVES, 1999; CASTILHO, 2010; BAGNO, 2012). É uma de nossas tarefas analisar esse modelo e buscar compreender o que é ensinar gramática e para que ensiná-la. Quando à variação, cabe desde logo observar que é fenômeno constitutivo de todos os sistemas linguísticos, de modo que todas as línguas humanas admitem formas diferentes de expressar a mesma ideia. Variação não é algo que possa ser contido, a menos que a língua deixe de ser efetivamente utilizada; tampouco deve ser contida, porque não é um problema a ser combatido e resolvido. A concepção de língua como sistema homogêneo tende a ver a variação como ameaça à chamada unidade linguística. Lucchesi (2015, p.17) assim descreve essa percepção equivocada: Outro grande mito é o da ameaça à unidade linguística: se não houver uma rígida uniformização, a unidade da língua se perde; se o caos da variação linguística não for controlado, a comunicação verbal ficará irremediavelmente comprometida. Contudo, o que garante a unidade da língua é a interação entre os seus usuários, não sendo necessária a imposição de uma norma linguística de cima para baixo. Além disso, a heterogeneidade é o que garante a sua funcionalidade em uma comunidade socialmente estratificada e culturalmente diversa. É a flexibilidade conferida pela variação que permite a língua funcionar tanto nas feiras livres quanto nas sessões dos tribunais de justiça. Fosse um código monolítico, a língua não poderia funcionar em ambientes culturais tão diversos, o que levaria fatalmente à sua fragmentação. Outro tema-chave deste projeto é o ensino. Obviamente, quando se pensa no ensino de Português no âmbito escolar não se considera como a forma mais apropriada a segmentação desse ensino em subáreas, como variação linguística; gramática; texto; leitura. Quando se pensa a prática escolar, esses temas não só se articulam como se apresentam como objeto único, e não como coisas a serem ensinados fragmentariamente. Na nossa lógica, o objeto de ensino é a língua nas suas diversas dimensões e que, por razões metodológicas, destacamos alguns aspectos, mas a proposta deve ser a do trabalho integrado. E é preciso deixar claro por que cabe ensinar língua na escola, se os alunos já aprendem a língua fora dela, na vida cotidiana. Ocorre que dimensões histórico-culturais da língua que transcendem as relações de cotidianidade e as aprendizagens imediatas, transcendem a cotidianidade, tanto no que diz respeito aos usos da língua (certos gêneros de escrita, certos processos de escrever, certas formas de compreender a língua), como do ponto de vista conceitual, o que implica considerar até mesmo do que feita a língua e como ela funciona. Assim, à educação escolar cabe levar o aluno a aprender mais língua – isto é, aprender o que é da língua que se produz socialmente em diversas e complexas

dimensões da história e em que se manifesta o conhecimento, o que é da língua que não coincide com a língua aprendida no imediatismo do viver. A disciplina de Língua Portuguesa, como as demais áreas do conhecimento, tem seu objeto de estudo: a própria língua – sua origem, sua estrutura, sua sociabilidade, as modalidades que a constituem e os usos que dela se fazem, entre outros temas – e os produtos culturais diretamente produzidos por ela, em especial a literatura. A tradução cultural ocidental privilegiou como seus objetos de ensino-aprendizagem a percepção da estrutura linguística (gramática) e o domínio dos padrões convencionados – além da literatura –, e não há necessariamente erro nessa escolha. Mas, assim como não faz sentido estudar um modelo ultrapassado de ciência – dos cosmos, por exemplo –, tampouco faz sentido estudar um modelo de descrição linguística apenas porque é tradicional, como simples saber de almanaque. Há que estabelecer os conteúdos relevantes e atuais e articulá-los numa prática pedagógica em que os sujeitos possam apropriar-se deles com crítica e com o conhecimento das metodologias e epistemologias que os compõem. Assim, tendo como questão de fundo o estudo do ensino de Língua Portuguesa na perspectiva da formação omnilateral, especialmente no que tange aos conceitos de língua gramática e variação e suas implicações para a educação escolar, a pesquisa, tem como objetivos: 1 Avançar a compreensão do que vem sendo proposto no campo da gramática e da variação linguística, considerando os estudos das gramáticas descritivas e de variação; 2 Investigar as contribuições e inter-relações dos campos de estudo de gramática e variação no âmbito da educação linguística escolar; 3 Descrever fenômenos variacionistas da língua portuguesa e relacioná-los ao ensino de língua; 4 Identificar e examinar as conformações curriculares de ensino de Língua Portuguesa na Educação Básica e suas implicações para o ensino-aprendizagem da língua; 5 Examinar as propostas curriculares de formação inicial de professor de Língua Portuguesa (Licenciatura em Letras), de forma a reconhecer suas implicações para o ensino da língua e para a formação docente. Do ponto de vista metodológico, O projeto prevê um conjunto de aproximações do objeto de estudo, incluindo o trabalho conceitual e a pesquisa empírica de atividades de ensino, com intervenção e de experimentação de base qualitativa. No que tange ao estudo conceitual interessa avançar a compreensão de como, tanto na Linguística como na Educação vêm se percebe a língua, a gramática e seu ensino, seja nas propostas de metodologias e conteúdos de ensino, seja na elaboração de referências epistemológicas e de produção de modelos explicativos de língua e gramática, seja ainda na elaboração de currículos e seus conteúdos escolares tanto na educação básica como na Educação Superior – neste caso,

com ênfase na formação inicial do professor (licenciatura). Quanto à pesquisa empírica, levam-se a cabo trabalhos de caráter aplicado, em que se testam e examinam estratégias de ensino e de dinâmicas de aprendizagem ou se observam e se verificam ações realizadas por professores e por projetos de ensino, buscando identificar as linhas de força e os fundamentos – conscientes não – que sustentam tais ações. Deste modo, a pesquisa se estrutura em três eixos: 1. Identificação e análise concepções de língua, gramática, variação e suas implicações no ensino de Língua Portuguesa na Educação Básica e na formação inicial e continuada de docentes de Língua Portuguesa; 2 Identificação e análise de práticas escolares de ensino de Língua, verificando as linhas de força e as concepções de língua, gramática, variação e de aprendizagem, de forma a reconhecer e compreender suas consequências no ensino; e 3 Experimentações aplicadas de propostas de trabalho escolar de Língua Portuguesa em conformidade com a concepção de língua, gramática e de ensino-aprendizagem que informam este projeto.